



CIP
CONFEDERAÇÃO EMPRESARIAL
DE PORTUGAL

Europ@CIP

Notícias da União Europeia

Síntese Mensal
17 de dezembro de 2018

Notícias das instituições da União Europeia – Conselho da União Europeia/Conselho Europeu, Comissão Europeia, Parlamento Europeu e Comité Económico e Social Europeu- selecionadas, essencialmente, a partir dos respetivos comunicados de imprensa e agrupadas nos seguintes capítulos:

- ✓ **ECONOMIA**
- ✓ **ENERGIA E CLIMA**
- ✓ **MERCADO INTERNO**
- ✓ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Conselho Europeu, 13-14/12/2018 – Principais resultados

- **Orçamento da UE para 2021-2027** – O Conselho Europeu debateu o quadro financeiro plurianual 2021-2027, com base num [relatório intercalar](#) elaborado pela Presidência austríaca. Espera-se que haja um acordo sobre esta matéria no Conselho Europeu do outono de 2019.
- **Mercado Único** - O Conselho Europeu decidiu realizar um [debate](#) aprofundado na primavera de 2019, a título de preparação para a nova Agenda Estratégica.
- **Alterações Climáticas** - O Conselho Europeu dará orientações sobre o rumo geral a seguir e as prioridades políticas no primeiro semestre de 2019, o que **permitirá à UE apresentar uma estratégia de longo prazo até 2020**, em consonância com o Acordo de Paris.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho dos Assuntos Gerais, 11/12/2018 – Principais resultados

- **Próximo quadro financeiro plurianual** – O Conselho realizou um debate de orientação sobre o quadro financeiro plurianual (QFP) para 2021-2027. Os ministros trocaram opiniões sobre as principais questões em apreço e sobre o calendário das negociações. O debate levou em consideração dois documentos elaborados pela Presidência austríaca – um [relatório intercalar](#) e um [projeto de quadro de negociação](#).
- **Programa do Conselho para os próximos 18 meses** – O Conselho aprovou o seu [programa de trabalho](#) para os próximos 18 meses, de 1 de janeiro de 2019 a 30 de junho

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



de 2020. O programa foi elaborado pelas futuras Presidências romena, finlandesa e croata e pela alta representante, presidente do Conselho dos Negócios Estrangeiros. No início de 2019, a principal prioridade será a ultimização dos dossiês ainda pendentes da atual Agenda Estratégica, e em particular dos que são enumerados na Declaração conjunta sobre as prioridades legislativas da UE para 2018-2019. Quando se iniciar o novo ciclo institucional, as três Presidências organizarão os trabalhos no Conselho de acordo com as prioridades da próxima Agenda Estratégica, que deverá ser adotada em Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

BREXIT

Reunião Extraordinária do Conselho Europeu (Artigo 50º), 13/12/2018 – Principais resultados

- Os dirigentes da UE 27 realizaram uma reunião extraordinária do Conselho Europeu no formato do Artigo 50.º para debater o Brexit. Confirmaram uma vez mais as suas conclusões de 25 de novembro de 2018, nas quais aprovaram o Acordo de Saída e a Declaração Política. O Conselho Europeu salientou que a **solução de último recurso foi concebida como uma apólice de seguro** para evitar uma fronteira física na ilha da Irlanda e assegurar a integridade do mercado único. Os dirigentes da UE 27 afirmaram nas conclusões que, "**caso viesse ainda assim a ser acionada – a solução de último recurso se aplicaria temporariamente**, a menos que, e até que, seja substituída por um acordo ulterior que garanta que é evitada uma fronteira física." Os dirigentes debateram também a sua **preparação para um cenário de ausência de acordo**.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Reunião extraordinária do Conselho Europeu (Art. 50.º), 25/11/2018 – Principais resultados

Os dirigentes da UE27 aprovaram o [acordo de saída no âmbito do Brexit](#) apresentado pelos negociadores da UE e do Reino Unido. Os dirigentes aprovaram também a [declaração política sobre as futuras relações UE-Reino Unido](#), que acompanha o acordo de saída e nele é referida. Esta reunião foi preparada no [Conselho dos Assuntos Gerais \(Art.50º\)](#) de 19 de novembro. Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião do Conselho Europeu.

Já no dia 23 de novembro, a BusinessEurope, reunida em Viena no formato de Conselho de Presidentes, tinha apelado em [comunicado de imprensa](#) a que a União Europeia e o Reino Unido chegassem a acordo sobre a proposta, de forma a garantir que há certezas para as empresas e que será possível mitigar o impacto do Brexit no comércio e no investimento.

Comissão Europeia recomenda ao Conselho Europeu (Art. 50º) que reconheça progressos importantes nas negociações

No dia 14 de novembro de 2018, foi alcançada uma [proposta de acordo](#) entre a Comissão Europeia e o Reino Unido, nos termos da saída do Reino Unido da UE (Artigo 50.º). Todos os [aspectos do acordo de saída](#) encontram-se agora finalizados e acordados ao nível dos negociadores, tendo ainda sido acordadas [orientações para uma declaração política](#) sobre o futuro da relação União Europeia-Reino Unido. Nesse sentido, a Comissão Europeia recomendou ao Conselho Europeu que o acordo de saída seja reconhecido, para que seja possível avançar

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



para a fase seguinte das negociações. Após esta recomendação, foi agendada pelo Presidente do Conselho Europeu, Donald Tusk, uma reunião entre os chefes de Estado e de governo dos 27 Estados-Membros, para que se decida o apoio ao Acordo de Saída e possa ser aprovada uma declaração política conjunta sobre o enquadramento das relações futuras. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia, bem como as fichas informativas sobre a [proposta de Acordo de Saída](#) e o [futuro das relações entre a República da Irlanda e a Irlanda do Norte](#).

A BusinessEurope mostrou-se satisfeita com a chegada a este acordo, que vê como a hipótese de uma saída do Reino Unido de forma ordeira, tal como pedido pela comunidade empresarial europeia. Consulte o [comunicado de imprensa](#).

Durante a semana, a Comissão publicou ainda [documentos](#) no âmbito do processo de preparação para a saída do Reino Unido, nomeadamente sobre [vistos](#), [eficiência energética](#) e a [circulação de pessoas](#) no caso da inexistência de um acordo.

ECONOMIA

Cimeira do Euro, 14/12/2018 – Principais resultados

- Os dirigentes da UE debateram a reforma da **União Económica e Monetária** com base num [relatório elaborado pelo Eurogrupo](#). Adotaram uma [declaração](#) que **aprova todos os elementos do relatório do Eurogrupo sobre o aprofundamento da UEM**, incluindo:
 - uma ficha descritiva sobre a reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade;
 - os termos de referência do mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução;
 - o caminho a seguir no domínio da união bancária.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros), 04/12/2018 – Principais resultados

- **União bancária** – O Conselho [aprovou o resultado das negociações com o Parlamento Europeu sobre uma série de medidas de redução dos riscos](#) do chamado "pacote bancário".
- **Tributação dos serviços digitais** – Os ministros realizaram um **debate público de orientação sobre a proposta de criação de um imposto sobre os serviços digitais**. A proposta, publicada pela Comissão em 21 de março de 2018 como parte do pacote "tributação digital", deverá funcionar como solução provisória para colmatar as lacunas mais urgentes na tributação das atividades digitais, assegurando ao mesmo tempo iguais condições de concorrência para todas as empresas. Após uma análise aprofundada de todas as questões técnicas, a [Presidência apresentou um texto de compromisso](#) que engloba os elementos que recolheram mais apoio dos Estados-Membros. No entanto, nesta fase, várias delegações não podem aceitar o texto por

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



motivos políticos e de princípio, enquanto outras ainda não estão satisfeitas com certos pontos específicos do texto. Assim sendo, o texto não recolheu o apoio necessário e não foi debatido em pormenor.

- **Fiscalidade** - O Conselho [adotou três atos legislativos](#) destinados a ajustar algumas das regras da UE em matéria de IVA a fim de **resolver quatro questões específicas** – consignação industrial, número de identificação IVA, operações em cadeia e prova de entrega intra-UE - **enquanto se aguarda a introdução de um novo sistema de IVA.**

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Eurogrupo, 03/12/2018 – Principais resultados

- **Avaliação dos projetos de planos orçamentais dos Estados-Membros** – Reunido em formação regular, o Eurogrupo debateu a **situação orçamental global** e as perspetivas da área do euro e realizou uma **avaliação da situação económica e orçamental** dos Estados-Membros em causa. O debate teve por base os pareceres da Comissão sobre os [projetos de planos orçamentais dos 19 Estados-Membros da área do euro](#) e a Comunicação da Comissão sobre a sua avaliação global dos projetos de planos orçamentais. Os resultados do debate refletiram-se na [declaração do Eurogrupo](#).
- **Aprofundamento da UEM – Preparação da Cimeira do Euro de dezembro** - Reunido em formação inclusiva, o Eurogrupo preparou a Cimeira do Euro que terá lugar em 14 de dezembro. A Cimeira do Euro deverá **tomar decisões concretas e dar orientações** sobre o caminho a seguir tendo em vista o **aprofundamento da UEM**. Os ministros [acordaram em informar os dirigentes sobre o aprofundamento da UEM](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Eurogrupo, 19/11/2018 – Principais resultados

O Eurogrupo reuniu-se em **formato inclusivo** de 27 Estados-membros, para debater o aprofundamento da União Económica e Monetária.

- **União Bancária** – Os ministros fizeram o balanço dos progressos alcançados no domínio da **redução dos riscos**, com base numa avaliação realizada pelas instituições. O Eurogrupo debateu também questões relativas ao **mecanismo de apoio comum para o Fundo Único de Resolução**.
- **Reforma do MEE** – Na sequência de debates anteriores, os ministros trocaram pontos de vista sobre a **reforma do Mecanismo Europeu de Estabilidade**, inclusive sobre a cooperação entre o MEE e a Comissão. O Eurogrupo debateu as **questões da sustentabilidade da dívida**, nomeadamente a eventual introdução de **cláusulas de ação coletiva com possibilidade de agregação simples** que possam melhorar a eficiência de eventuais reestruturações de dívida nos casos excecionais em que estas sejam consideradas necessárias.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Pacote de outono do Semestre Europeu: promover um crescimento inclusivo e sustentável

No passado dia 21 de novembro, a Comissão Europeia apresentou o [pacote de outono do Semestre Europeu](#), baseado nas [previsões económicas do outono de 2018](#) e que assenta nas prioridades definidas no [discurso do Presidente Jean Claude Juncker sobre o estado da União de 2018](#). Neste pacote, a Comissão estabelece as prioridades económicas e sociais da UE para 2019, apresenta o seu parecer sobre os projetos de planos orçamentais e confirma a existência, **no caso da Itália, de um incumprimento do Pacto de Estabilidade e Crescimento**. A Grécia é integrada no Semestre Europeu pela primeira vez.

Destaques:

- **Análise Anual do Crescimento para 2019** – De acordo com a [Análise Anual do Crescimento \(AAC\)](#), a UE e os Estados-Membros devem tomar medidas políticas decisivas e concertadas para assegurar um crescimento inclusivo e sustentável. A nível nacional, os esforços deverão concentrar-se na realização de investimentos de elevada qualidade e de reformas que contribuam para aumentar o crescimento da produtividade, a inclusão e a capacidade das instituições, continuando ao mesmo tempo a garantir a estabilidade macrofinanceira e a solidez das finanças públicas. A nível da UE, as prioridades consistem em aprofundar o Mercado Único, completar a arquitetura da União Económica e Monetária (UEM) e avançar na aplicação dos princípios estabelecidos no Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- **Relatório sobre o Mecanismo de Alerta (2019)** – Segundo o [Relatório sobre o Mecanismo de Alerta \(RMA\)](#), 13 Estados-Membros, **incluindo Portugal**, deverão ser sujeitos a análises aprofundadas em 2019, com o objetivo de apurar se, de facto, esses Estados se encontram em situação de desequilíbrio macroeconómico.
- **Projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego em 2019** – O [projeto de Relatório Conjunto sobre o Emprego](#) aponta para uma criação contínua de postos de trabalho, para uma redução da taxa de desemprego e para uma melhoria da situação social em toda a UE. O relatório inclui também os resultados do painel de indicadores sociais, que analisa o desempenho dos Estados-Membros à luz dos princípios do Pilar Europeu dos Direitos Sociais.
- **Recomendação sobre a política económica da área do euro** – A [recomendação sobre a política económica da área do euro](#) foi adaptada de modo a dar maior enfoque aos desafios principais. A recomendação apela à adoção de políticas que apoiem um crescimento inclusivo e sustentável e promovam a resiliência, o reequilíbrio e a convergência na área do euro. O objetivo é dar prioridade às reformas que contribuem para o aumento da produtividade e do potencial de crescimento, aprofundam o Mercado Único, melhoram o ambiente empresarial, promovem o investimento e reforçam o mercado de trabalho.
- **Pareceres sobre os Projetos de Planos Orçamentais dos Estados-Membros da área do euro** – A Comissão emitiu pareceres sobre a conformidade dos Projetos de Planos Orçamentais (PPO) apresentados pelos Estados-Membros da área do euro para 2019 com o Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC). O **PPO de Itália** revela um

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



incumprimento particularmente grave da recomendação que lhe foi dirigida, justificando-se um **Procedimento por Défice Excessivo com base na dívida**.

- A Comissão Europeia considera, em relação um conjunto de quatro países de entre os quais **Portugal**, que os PPO apresentados colocam um risco de incumprimento do PEC em 2019, pois podem conduzir a um desvio significativo relativamente às trajetórias de ajustamento no sentido da realização do objetivo orçamental a médio prazo.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Conselho dos Assuntos Gerais (Coesão), 30/11/2018 – Principais resultados

- **Política de Coesão pós-2020** – O Conselho debateu o pacote legislativo para a política de coesão no período 2021-2027. Os Ministros emitiram indicações políticas com base no [discussion paper](#) do Conselho, com destaque para as sugestões para um **Acordo de Parceria obrigatório**, a **duração do programa e a natureza da revisão intercalar** e ainda a **cooperação territorial**.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Comissão aprova alteração dos programas da política de coesão para melhor responder às necessidades de investimento de Portugal

A pedido de Portugal, a Comissão autorizou que fossem alterados 11 programas da política de coesão de 2014-2020 de modo a que pudessem ser transferidos recursos para onde são mais necessários neste momento. Em consequência, serão reorientados 2,7 mil milhões de euros dos fundos da política de coesão para prioridades definidas pelo Governo português. Tendo em conta o crescimento económico sólido, a reprogramação do orçamento de Portugal no domínio da coesão permitirá ao país continuar a aplicar as reformas estruturais e assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, investindo simultaneamente no futuro. Os programas revistos permitirão que Portugal se centre mais em domínios fundamentais para o futuro da sua economia e para uma melhor qualidade de vida no país; inovação nas pequenas e médias empresas (+688 milhões de euros), competências e formação (+931 milhões de euros), apoio ao emprego e empreendedorismo (+256 milhões de euros), mobilidade urbana limpa (+285 milhões de euros) e infraestruturas sociais (+627 milhões de euros). Em especial, o exercício de reprogramação permitirá a execução de novos grandes projetos de infraestruturas de importância estratégica: a extensão dos metropolitanos de Lisboa e do Porto, a modernização da linha ferroviária urbana de Cascais e um novo sistema de mobilidade para a zona do Mondego, perto da cidade de Coimbra. Será criado um novo regime, combinando subvenções e instrumentos financeiros, para ajudar as pequenas e médias empresas inovadoras a obter um melhor acesso ao financiamento. É dada especial atenção ao crescimento económico nas regiões ultraperiféricas portuguesas, prestando-se um maior apoio à competitividade das pequenas e médias empresas na Madeira e à preservação do património natural e cultural dos Açores, muito importante para o setor do turismo. Este exercício de reprogramação não tem impacto na atribuição global de fundos da UE a Portugal no período de 2014-2020. Também não

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



implica alterações nas dotações totais da UE por programa ou por fundo, mas apenas no âmbito de cada programa em causa, através da transferência de recursos entre as prioridades de financiamento. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

IVA: Apresentação de novas informações sobre as regras aplicáveis ao comércio eletrónico, em especial um novo papel dos mercados em linha na luta contra a fraude fiscal

Segundo anunciou a Comissão, abre-se o caminho a uma transição harmoniosa para novas regras relativas ao IVA no comércio eletrónico através de novas medidas pormenorizadas que entram em vigor em janeiro de 2021. As regras apresentadas estabelecem as medidas necessárias para garantir que os mercados em linha possam desempenhar o seu papel na luta contra a fraude fiscal e reduzir a carga administrativa das empresas que vendem bens em linha. Inscritas no âmbito de uma [agenda mais vasta da UE para combater a fraude ao IVA e melhorar a cobrança do IVA sobre as vendas na internet](#), as novas medidas apresentadas deverão ajudar os Estados-Membros a recuperar os 5 mil milhões de euros de receitas fiscais que se perdem anualmente no setor - valor que deverá atingir os 7 mil milhões de euros até 2020. Para mais informações, consulte a [comunicado](#) da Comissão Europeia.

Bibliografia:

- [Comunicação](#) sobre a **União dos Mercados de Capitais**, e [Relatório](#) sobre a redução dos créditos não produtivos e a continuação da **redução dos riscos na União Bancária**, Comissão Europeia (CE), 28 de novembro de 2018; consulte o [comunicado](#) da CE.
- [Comunicação](#) “**Plano de Investimento para a Europa: balanço e próximos passos**”, Comissão Europeia, 22 de novembro de 2018; consulte o [comunicado](#) da CE.

ENERGIA E CLIMA

Parlamento Europeu aprova metas para energias renováveis e eficiência energética até 2030

Os eurodeputados aprovaram hoje a nova legislação europeia sobre as energias renováveis, a eficiência energética e a governação da União da Energia. As novas regras, já acordadas entre o Parlamento Europeu (PE) e os Estados-Membros, estabelecem uma meta vinculativa de 32% de energia proveniente de fontes renováveis a nível da União Europeia (UE) para 2030 e um objetivo de eficiência energética de 32,5%. Estas metas deverão ser revistas em alta até 2023, caso tal seja necessário para respeitar os compromissos internacionais da UE em matéria de descarbonização ou caso tal se justifique em virtude de uma redução significativa do consumo de energia na União. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do PE.

Parlamento Europeu aprova metas para a redução das emissões de CO2 dos camiões

Os eurodeputados definiram, no dia 14 de novembro, metas para a redução das emissões de CO2 dos veículos pesados até 2030. O Parlamento Europeu (PE) propõe um objetivo de redução

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



de 35% das emissões dos veículos pesados novos até 2030, acima dos 30% propostos pela Comissão Europeia, e uma meta intermédia de 20% para 2025. Os fabricantes terão de assegurar que os veículos pesados sem emissões ou com baixas emissões representem 20% da quota de mercado em 2030 e 5% em 2025. Apesar de as emissões de CO2 dos veículos pesados, isto é, camiões, autocarros e camionetas, representarem 25% das emissões de CO2 geradas pelo transporte rodoviário na UE, não estão atualmente reguladas a nível europeu. As alterações aprovadas na comissão parlamentar do Ambiente que estabeleciam objetivos vinculativos para autocarros urbanos sem emissões (50% em 2025 e 75% em 2030) não passaram em plenário. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Comissão apela para uma Europa com impacto neutro no clima até 2050

A Comissão Europeia adotou uma visão estratégica a longo prazo para uma economia próspera, moderna, competitiva e neutra até 2050 – Um planeta limpo para todos. A estratégia mostra como a Europa pode contribuir para a neutralidade climática através do investimento em soluções tecnológicas realistas, na capacitação dos cidadãos e no alinhamento das ações em domínios fundamentais como a política industrial, o financiamento ou a investigação, assegurando simultaneamente a justiça social para uma transição justa. Na sequência do convite apresentado pelo Conselho Europeu em março de 2018, a visão da Comissão para um futuro neutro em termos de clima abrange quase todas as políticas da UE e está em consonância com o objetivo do Acordo de Paris de manter o aumento da temperatura muito abaixo dos 2° C e prosseguir os esforços para a manter o aumento em 1,5° C. Para a UE liderar o mundo para a neutralidade climática, isso significa que o deverá conseguir até 2050. A estratégia a longo prazo analisa o leque de opções disponíveis para os Estados-Membros, as empresas e os cidadãos e o modo como estes podem contribuir para a modernização da nossa economia e melhorar a qualidade de vida dos europeus. Procura assegurar que esta transição é socialmente justa e reforça a competitividade da economia e da indústria da UE nos mercados mundiais, garantindo empregos de elevada qualidade e o crescimento sustentável na Europa, permitindo simultaneamente resolver outros desafios ambientais, como a qualidade do ar ou a perda de biodiversidade. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

MERCADO INTERNO

Conselho Competitividade, 29-30/11/2018 – Principais resultados

- **Política Industrial** – O Conselho adotou [conclusões](#) realçando a necessidade de uma futura estratégia da UE abrangente e de longo prazo sobre Política Industrial, com base num [relatório](#) do Conselho sobre governação e integração desta política.
- **Mercado Interno** – O Conselho debateu o **futuro do Mercado Único** com base numa [nota da Presidência](#), e na sequência da Comunicação da Comissão Europeia “**O Mercado**

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Único num mundo em mutação". Chegou a acordo sobre a sua posição a respeito da regulação **plataforma-empresas** e à regulação geral sobre a segurança de veículos. Acordou ainda quanto a uma abordagem geral sobre a proposta de regulamento do **Programa para o mercado único, competitividade das empresas, incluindo as PME, e as estatísticas europeias** (substituirá, entre outros, o atual Programa Cosme).

- **Investigação e Inovação** – O Conselho adotou [conclusões](#) sobre a **governança da Área Europeia de Investigação**. Acordou ainda uma abordagem geral sobre a proposta de programa para a investigação e inovação - [Horizon Europe](#).
- **PME** – O Conselho tomou nota do [relatório](#) anual da rede dos **SME Envoys**.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Defesa dos Consumidores), 06-07/12/2018

1. **Emprego e Política Social** – O Conselho chegou a acordo sobre uma abordagem geral à proposta para um Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho para a instituição de uma [Autoridade Europeia do Trabalho \(ELA\)](#). Os ministros debateram ainda políticas para o **Semestre Europeu 2019**, com base numa [nota de orientação da Presidência](#).

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho (Transportes, Telecomunicações e Energia), 03-04/12/2018 – Principais resultados

- **Transportes** – O Conselho aprovou a sua posição (orientação geral) sobre uma [reforma fundamental do setor dos transportes rodoviários](#), que inclui **as condições de trabalho dos condutores**, as regras especiais de **destacamento** para condutores, o **acesso ao mercado dos transportes de mercadorias** e a melhoria da sua **aplicação**. O Conselho definiu também uma orientação geral sobre uma proposta destinada a tornar os [transportes combinados](#) mais competitivos comparativamente ao transporte de mercadorias exclusivamente rodoviário. O Conselho adotou a sua [posição](#) (orientação geral parcial) sobre uma proposta destinada a garantir que o programa da UE "**Mecanismo Interligar a Europa**" (**MIE**) continuará a financiar projetos fundamentais no domínio dos transportes, do digital e da energia para lá de 2020. O Conselho definiu também uma orientação geral sobre as propostas para reforçar a [gestão da segurança da infraestrutura rodoviária](#), estabelecer um [ambiente de plataforma única europeia para o setor marítimo](#), através do qual deverão ser cumpridas as formalidades declarativas dos navios, e racionalizar as regras relativas à [formação dos marítimos](#). Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.
- **Telecomunicações** – O Conselho chegou a acordo sobre a sua posição (orientação geral parcial) sobre a proposta para um programa europeu chamado [Digital Europe](#), cujo objetivo será apoiar as sociedades e economias europeias no processo de transformação digital. Este programa inclui 5 áreas cruciais: **supercomputação, inteligência artificial, cibersegurança, capacidades digitais avançadas** e a **difusão do uso das tecnologias digitais** através da economia e da sociedade. Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Conselho Educação, Juventude, Cultura e Desporto, 26 e 27/11/2018 – Principais resultados

- **Plano de Trabalho para a Cultura 2019-2022** – O Conselho adotou [conclusões](#) sobre este instrumento estratégico que fixa as prioridades e define ações concretas para enfrentar a transição digital, a globalização e a crescente diversidade da sociedade no domínio da política cultural.
- **Reforço dos conteúdos europeus na economia digital** – O Conselho adotou [conclusões](#) que incidem sobre prioridades da UE, tais como a promoção da diversidade, da visibilidade e da inovação, a criação de condições de concorrência equitativas e a melhoria das aptidões e competências.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Parlamento, Conselho e Comissão chegam a acordo político sobre um quadro de análise do Investimento Direto Estrangeiro na UE

O pacote acordado assegurará que a UE e os seus Estados-Membros estão equipados para proteger os seus interesses essenciais, permanecendo simultaneamente um dos regimes de investimento mais abertos do mundo. A abertura ao investimento direto estrangeiro (IDE) está consagrada nos tratados da UE. O investimento direto estrangeiro fomenta o crescimento económico, a inovação e o emprego. No entanto, em alguns casos, os investidores estrangeiros podem procurar adquirir ativos estratégicos que lhes permitam controlar ou influenciar as empresas europeias cujas atividades são essenciais para a segurança e a ordem pública na UE e nos seus Estados-Membros. Principais características do novo quadro europeu de análise do investimento direto estrangeiro:

- Cria um mecanismo de cooperação em que os Estados-Membros e a Comissão podem trocar informações e debater preocupações específicas;
- Permite à Comissão emitir parecer nos casos que dizem respeito a vários Estados-Membros, ou quando um investimento pode afetar um projeto ou programa de interesse para toda a UE, como o Horizonte 2020 ou o Galileo;
- Incentiva a cooperação internacional em matéria de políticas de análise de investimento, incluindo a partilha de experiências, de boas práticas e de informações sobre as tendências em matéria de investimento;
- Reafirma que os interesses nacionais em matéria de segurança são da responsabilidade dos Estados-Membros; não afetará a capacidade dos Estados-Membros de manterem os seus mecanismos de análise existentes, de adotarem novos mecanismos ou de continuarem sem esses mecanismos nacionais (atualmente, 13 Estados-Membros dispõem de tais mecanismos);
- Os Estados-Membros mantêm a última palavra sobre se uma operação específica deve ou não ser autorizada no seu território;
- Tem em conta a necessidade de operar segundo prazos favoráveis às empresas e respeitando requisitos em matéria de confidencialidade.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Comissão pública avaliação da situação do Mercado Único

A Comissão Europeia apresentou uma nova [avaliação da situação do mercado único](#), onde destacou 3 áreas principais em que são necessários esforços suplementares para aprofundar e reforçar o mercado único:

- **Adotar prontamente as propostas em cima da mesa:** A Comissão apresentou 67 [propostas](#) de grande importância para o bom funcionamento do mercado único, das quais 44 aguardam aprovação. A Comissão convida o Parlamento Europeu e o Conselho a adotarem as principais propostas em cima da mesa antes do final da presente legislatura, nomeadamente, as propostas relevantes para integrar a digitalização e as novas tecnologias no cerne do mercado único, assegurar uma energia mais segura e sustentável na Europa e construir a união dos mercados de capitais.
- **Assegurar que as regras funcionam na prática:** Os cidadãos e as empresas só podem usufruir dos muitos benefícios do [mercado único](#) se as regras que foram acordadas em conjunto funcionarem no terreno. A Comissão insta os Estados-Membros a estarem atentos aquando da transposição e da execução das regras da UE e a absterem-se de erguer novos obstáculos. Por seu lado, a Comissão continuará a garantir o respeito das regras da UE em todos os domínios, das [emissões dos automóveis](#) ao [comércio eletrónico](#), das [redes sociais](#) ao [setor dos serviços](#), entre outros.
- **Continuar a adaptar o mercado único:** Face ao abrandamento progressivo do crescimento a nível mundial e à mudança do contexto geopolítico, a UE precisa de mostrar liderança e coragem política para elevar o mercado único a um novo nível. Existe um potencial significativo para uma maior integração económica nas áreas dos serviços, dos produtos, da fiscalidade e das indústrias de rede. Isso tornará a União ainda mais atrativa para os parceiros comerciais internacionais e reforçará ainda mais a sua influência a nível internacional.

A Comissão apresentou ainda um [plano de ação em matéria de normalização](#), que prevê 4 ações-chave para aumentar a eficiência, a transparência e a segurança jurídica do sistema:

- Eliminar, o mais rapidamente possível, os **atrasos registados na publicação das normas harmonizadas** no Jornal Oficial da União Europeia;
- **Racionalizar os processos internos de tomada de decisão**, nomeadamente no que respeita à decisão de publicar as referências às normas harmonizadas no Jornal Oficial;
- Elaborar um **documento de orientação** sobre os aspetos práticos da aplicação do Regulamento de Normalização;
- Reforçar continuamente o **sistema de consultoria**, de modo a promover a realização de avaliações rápidas e sólidas das normas harmonizadas e a sua publicação atempada no Jornal Oficial.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Mercado Único Digital: novas regras da UE permitem aos cidadãos fazer compras na Internet sem se preocuparem com as fronteiras

Em 3 de dezembro de 2018, entrará em vigor o novo regulamento proposto pela Comissão Europeia em maio de 2016 para acabar com o bloqueio geográfico em linha injustificado. Os europeus não terão de se preocupar com a eventualidade de um sítio Web lhes bloquear o acesso ou os reencaminhar para outro sítio só por estarem num país diferente ou o seu cartão de crédito ser de um país diferente. Onde quer que se encontrem na UE, os europeus poderão aceder a bens e serviços em linha. Os países da UE são responsáveis pela aplicação do regulamento e devem criar as estruturas necessárias para assegurar que esta se inicia sem sobressaltos. Em especial, devem designar organismos responsáveis pela sua aplicação e organismos que prestarão assistência prática aos consumidores. Além disso, os países da UE devem estabelecer medidas eficazes, proporcionadas e dissuasivas para sancionar as infrações ao regulamento. A Comissão procederá a um primeiro reexame do regulamento até março de 2020, no qual analisará a possível extensão do princípio da não discriminação no acesso a bens e serviços aos serviços não audiovisuais prestados por via eletrónica com conteúdos protegidos por direitos de autor, como livros eletrónicos, música, jogos ou *software*. A Comissão irá igualmente avaliar se continuam a existir restrições injustificadas com base na nacionalidade ou no local de residência ou estabelecimento noutros setores, como os serviços no domínio dos transportes e do audiovisual, que devam ser eliminadas. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

Negociadores da UE chegam a acordo quanto ao reforço da cibersegurança na Europa

O Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão Europeia chegaram a um acordo político sobre o Regulamento Cibersegurança, que reforça o mandato da Agência da União Europeia para a Cibersegurança (Agência da União Europeia para a Segurança das Redes e da Informação, ENISA) a fim de prestar mais apoio aos Estados-Membros na luta contra as ameaças e os ataques no domínio da cibersegurança. O regulamento define igualmente um quadro da UE para a certificação da cibersegurança, reforçando a cibersegurança dos serviços em linha e dos dispositivos destinados aos consumidores. Proposto em 2017 no âmbito de um vasto conjunto de medidas destinadas a combater os ciberataques e reforçar a cibersegurança da UE, o [Regulamento Cibersegurança](#) prevê:

- um mandato permanente para Agência da União Europeia para a Cibersegurança (ENISA), que substitua o seu mandato limitado que teria expirado em 2020, bem como a atribuição de mais recursos que permitam à agência alcançar os seus objetivos e
- uma base mais sólida para a ENISA no novo quadro de certificação da cibersegurança, a fim de ajudar os Estados-Membros a reagirem de forma eficaz aos ciberataques, atribuindo um papel mais importante à cooperação e coordenação a nível da União.

Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Bibliografia:

- [Relatório anual das PME europeias](#) incluindo as Fichas por Estado-Membro, Comissão Europeia, 20 de novembro de 2018
- Estudo “eGovernment Benchmark 2018”, Comissão Europeia, 22 de novembro de 2018

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Conselho dos Negócios Estrangeiros, 10/12/2018 – Principais resultados

- **Cooperação UE-África** – O Conselho dos Negócios Estrangeiros debateu a cooperação UE-União Africana (UA) tendo em vista a primeira **reunião ministerial UE-UA** entre cimeiras, que se realizará **em 21 e 22 de janeiro de 2019, em Bruxelas**. A reunião abrangerá três temas principais: aspetos políticos (paz, segurança e governação), aspetos económicos (investimento, comércio e competências) e o multilateralismo (reforço da cooperação em apoio a uma ordem mundial assente em regras). Os ministros manifestaram o seu interesse em **reforçar a parceria estratégica da UE com África**. Os ministros salientaram a importância do diálogo com os **jovens**. Registaram os progressos já realizados no que diz respeito à cooperação em matéria de **paz, segurança e governação**, inclusive através da assinatura de um memorando de entendimento entre a UE e a UA, em 23 de maio de 2018. No que diz respeito, à migração e à mobilidade, os ministros salientaram o trabalho realizado no âmbito do Plano de Ação Conjunta de Valeta. Os ministros sublinharam ainda o papel crucial do **setor privado e do investimento privado** para dinamizar as relações UE-África. Acolheram favoravelmente a proposta de uma nova Aliança África-Europa para investimentos e empregos sustentáveis.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho dos Negócios Estrangeiros (Desenvolvimento), 26/11/2018 – Principais resultados

- **Aliança África-Europa** – O Conselho trocou pontos de vista sobre a **Aliança África-Europa para Investimentos e Empregos Sustentáveis**. O debate teve lugar menos de um mês antes do fórum África-Europa de alto nível (Viena, 17 e 18 de dezembro) e da reunião ministerial UE-UA (21 e 22 de janeiro de 2019). Os ministros manifestaram o **seu apoio à iniciativa** e às suas quatro vertentes de ação: melhoria do clima de investimento, redução dos riscos, reforço do apoio às competências e à educação e apoio à integração económica e à construção de mercados. Debateram também formas de envolver mais ativamente os Estados-Membros nesta nova Aliança África-Europa e a importância de assegurar a coordenação e a coerência no terreno. Uma vez que a UE continua a ser a principal parceira de África, os ministros salientaram a necessidade de assegurar que tanto os intervenientes africanos como europeus sejam mais sensibilizados para a **relação estreita entre os dois continentes**.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



- **Futura arquitetura financeira para o desenvolvimento** - O Conselho debateu a futura arquitetura financeira para o desenvolvimento. Os ministros debateram o ponto da situação das negociações, no âmbito do **quadro financeiro plurianual (QFP)**, sobre o Instrumento de Vizinhança, de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação Internacional e, em particular, sobre a futura **arquitetura europeia para o investimento fora da UE**. Debateram também a necessidade de o futuro quadro financeiro plurianual garantir flexibilidade suficiente, assegurando ao mesmo tempo que as **prioridades da UE para a sua vizinhança e para África** são plenamente refletidas. Os ministros assistiram ainda a uma apresentação do presidente do Banco Europeu de Investimento, Werner Hoyer, sobre os **investimentos externos europeus** e reconheceram o trabalho valioso que o BEI tem feito para apoiar a política externa da UE.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

Conselho dos Negócios Estrangeiros, 19/11/2018 – Principais resultados

- **Ásia Central** – Os ministros assinalaram as recentes **mudanças importantes** na região e o **novo ímpeto** dado à cooperação bilateral e regional. Manifestaram também um **vigoroso interesse em intensificar o trabalho da UE na Ásia Central** (Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turquemenistão e Usbequistão), em domínio como o apoio às reformas e ao desenvolvimento económico ou a promoção da conectividade sustentável e das condições regionais para a paz e estabilidade no Afeganistão. Este debate será utilizado na preparação da nova estratégia da UE sobre a Ásia Central, que deverá ser adotada em 2019.
- **Segurança e defesa** – Os ministros da Defesa juntaram-se aos ministros dos Negócios Estrangeiros para debater a cooperação da UE no domínio da segurança e defesa. Os ministros analisaram a **aplicação da Estratégia Global da UE** neste domínio, incluindo a cooperação estruturada permanente (CEP), a análise anual coordenada da defesa (AACD), o Fundo Europeu de Defesa, a mobilidade militar, a Capacidade Militar de Planeamento e a Condução (CMPC), o pacto sobre a vertente civil da PCSD e a proposta de criação de um Mecanismo Europeu de Apoio à Paz.

Para mais informações, consulte a [página](#) da reunião.

191 milhões de euros para promoção dos produtos agroalimentares europeus, na UE e no estrangeiro

A Comissão Europeia adotou, a 14 de novembro, o [programa de trabalho para 2019 no âmbito da política de promoção](#), o qual inclui uma dotação de 191,6 milhões de euros para programas selecionados para cofinanciamento da UE – o que significa um aumento [de 12,5 milhões de euros comparativamente a 2018](#). Destes, 89 milhões de euros serão afetados a campanhas nos países com forte crescimento, nomeadamente o Canadá, a China, a Colômbia, o Japão, a Coreia, o México e os Estados Unidos. Uma parte destes fundos destina-se à promoção de produtos específicos, como as azeitonas de mesa. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



União Europeia e China pretendem aumentar cooperação para o desenvolvimento sustentável

Numa reunião entre o Comissário Europeu para a Cooperação e o Presidente da recém-formada Agência Chinesa para a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CIDCA), ambos os lados concordaram em procurar sinergias e áreas específicas de colaboração para melhorar a cooperação para o desenvolvimento UE-China. Este encontro confirmou o compromisso de ambas as partes para promover o desenvolvimento sustentável, tal como definido durante a [20ª Cimeira UE-China em julho de 2018](#) e reconfirmado durante a [Cimeira ASEM \(Encontro Ásia-Europa\), em outubro de 2018](#). Para mais informações, consulte o [comunicado](#) da Comissão.

Reforma da OMC: UE apresenta propostas para melhorar funcionamento do Órgão de Recurso

A UE, em cooperação com outros membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) — Austrália, Canadá, China, Coreia, Índia, Islândia, México, Noruega, Nova Zelândia, Singapura e Suíça —, divulgou no dia 26 de novembro uma [proposta com alterações concretas para superar o atual bloqueio no Órgão de Recurso da OMC](#). A proposta será apresentada na reunião do Conselho Geral da OMC de 12 de dezembro. O sistema de resolução de litígios da OMC, com o seu Órgão de Recurso, tem sido crucial para a segurança e a previsibilidade do sistema de comércio multilateral. Sem um sistema de execução adequado, as normas multilaterais deixarão de ser eficazes. Se não encontrarmos uma solução para o bloqueio atual nas nomeações para o Órgão de Recurso, todo o sistema ficará em perigo. As alterações propostas ao Acordo da OMC, apresentadas agora aos membros da organização, dão seguimento às [ideias da UE para modernizar a OMC](#), publicadas em 18 de setembro, e fazem parte de um esforço mais vasto que inclui a recentemente apresentada [proposta sobre as regras de notificação e de transparência na OMC](#), que contou com o apoio, entre outros, dos EUA e do Japão. Constituem o resultado de intensos debates realizados nas últimas semanas com os outros países da OMC. As propostas abordam de uma forma sistemática e construtiva todas as inquietações expressas nos últimos meses sobre o Órgão de Recurso. Testemunham a vontade da UE em participar no processo de reforma da OMC, em todas as suas funções. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) da Comissão Europeia.

O futuro da parceria ACP-UE foi debatido em Cotonou

De 3 a 5 de dezembro de 2018, em Cotonou (Benim), a Assembleia Paritária ACP-UE reuniu membros do Parlamento Europeu e representantes parlamentares de 78 países de África, Caraíbas e Pacífico (ACP). Os temas dominantes da agenda sejam o **futuro da parceria ACP-UE**, a **luta contra o ciberterrorismo e tráfico de drogas, o terrorismo no Sahel, o desenvolvimento de PME nos países ACP e o tráfico de vida selvagem e as alterações climáticas**. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) do Parlamento Europeu.

Acordo Comercial UE-Japão deverá entrar em vigor em fevereiro de 2019

O Parlamento Europeu adotou, no dia 12 de dezembro, o Acordo de Parceria Económica UE-Japão e o Acordo de Parceria Estratégica UE-Japão. O acordo comercial negociado pela Comissão é o primeiro de sempre a incluir uma referência explícita ao acordo de Paris sobre as alterações climáticas. O acordo criará uma zona de comércio livre que abrangerá 635 milhões de pessoas e

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



quase um terço do total do PIB mundial. O Acordo de Parceria Estratégica é o primeiro acordo-quadro bilateral entre a UE e o Japão.

Elementos fundamentais do Acordo de Parceria Económica

O acordo irá, nomeadamente:

- Eliminar os direitos instituídos sobre muitos queijos, como o Gouda e o Cheddar (que ascendem, atualmente, a quase 30 %), bem como sobre as exportações de vinhos (atualmente de 15 %, em média);
- Permitir que a UE aumente substancialmente as suas exportações de carne de bovino e criar novas oportunidades para as exportações de produtos à base de carne de suíno;
- Assegurar a proteção, no Japão, de mais de 200 indicações geográficas (IG) - produtos agrícolas europeus de elevada qualidade - e a proteção de uma seleção de IG japonesas na UE;
- Eliminar os direitos aduaneiros sobre os produtos industriais nos setores em que a UE é muito competitiva, por exemplo, os dos cosméticos, produtos químicos, têxteis e vestuário;
- Vincular o Japão às normas internacionais relativas aos veículos automóveis, o que virá facilitar consideravelmente as exportações de veículos automóveis da UE para o Japão;
- Abrir os mercados de serviços, sobretudo no domínio dos serviços financeiros, comércio eletrónico, telecomunicações e transportes;
- Garantir o acesso das empresas da UE aos grandes mercados de contratos públicos em 54 importantes cidades japonesas; suprimir os obstáculos aos contratos públicos no setor ferroviário, um setor muito importante do ponto de vista económico.

Em 29 de novembro e em 8 de dezembro, as duas câmaras do Parlamento japonês ratificaram o Acordo de Parceria Económica. O voto de aprovação expresso pelo Parlamento Europeu abre caminho para a celebração do acordo comercial e a sua entrada em vigor. Prevê-se que as formalidades restantes sejam cumpridas a tempo para que o acordo entre já em vigor em 1 de fevereiro de 2019. A entrada em vigor do Acordo de Parceria Estratégica exige também a ratificação pelos Estados-Membros da UE, mas uma grande parte do acordo poderá ser aplicada a título provisório logo no início de 2019. Para mais informações, consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [nota informativa](#) da Comissão Europeia.

A BusinessEurope [congratulou-se](#) pela aprovação dos Acordos, que considera demonstrar a capacidade da UE de cumprir a sua agenda comercial. As comunidades empresariais Europeia e Japonesa já tinham, através de uma [declaração conjunta](#), demonstrado o seu apoio à aprovação dos Acordos.

União Europeia e Países ACP concluem 1ª ronda de negociação para modernização de relações

A primeira ronda negocial entre a UE e os 79 países que compõem os ACP levou a uma convergência geral sobre a estrutura do futuro acordo e das suas prioridades estratégicas. A partir de janeiro de 2019, as negociações irão intensificar-se, sendo que a segunda ronda de negociações técnicas deverá ocorrer ao longo de 3 meses. Durante esse período, ambos os lados começarão a construir um acordo com base nas prioridades acordadas. Para mais informações, consulte o [comunicado](#) da Comissão Europeia.

Sede
Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto
Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas
Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site
<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:



Bibliografia:

- “EU exports to the world: [effects on employment](#) / [effects on income](#)”, Comissão Europeia; consulte o [comunicado de imprensa](#) e a [ficha informativa](#) da Comissão Europeia.
- “[Counterfeit and Piracy Watch List](#)” relatório da Comissão Europeia que foca nos mercados em linha, 7 de dezembro de 2018

Sede

Praça das Indústrias
1300-307 Lisboa
Tel: +351 21 316 47 00
Fax: +351 21 357 99 86
E-mail: geral@ cip.org.pt

Porto

Av. Dr. António Macedo
Edifício de Serviços AEP
4450-617 Leça da Palmeira
Tel: +351 22 600 70 83
E-mail: associados@cip.org.pt

Bruxelas

Av. de Cortenbergh, 168
1000 Bruxelas - Bélgica
Tel: +32 27325257
E-mail: cipbrussels@cip.org.pt

Site

<http://www.cip.org.pt>

Cofinanciado por:

